



Voluntariado, hoje

Conselho Nacional Para a Promoção
do Voluntariado

Boletim nº 32 ■ Julho, Agosto e Setembro ■ 9.000 exemplares



**À Conversa com a Presidente
da APAV**

**O Voluntariado na Promoção
dos Direitos Humanos**

Editorial

Voluntariado e Direitos Humanos

O Voluntariado é uma expressão de participação cívica e democrática, baseada em valores como a solidariedade e a não discriminação, contribuindo assim para o desenvolvimento harmonioso da sociedade.

O Voluntariado intensifica o sentido da solidariedade, contribui para o reforço das competências sociais e procura apoiar a integração na sociedade de todos os seres humanos, como sujeitos de direitos.

A história do Voluntariado está associada à história da Humanidade pois verificamos que, tanto hoje como ontem, um grande número de pessoas, genuinamente voluntárias, são capazes de doar vontade e tempo para ajudar os outros e lutar por causas e ideais.

Considerando que a Declaração Universal dos Direitos do Homem defende que todos, sem excepção, têm direito a uma vida digna, ao trabalho e à segurança, à saúde e à educação, no respeito pela diversidade e pela dignidade, podemos afirmar que o Voluntariado pode, e deve, ser um instrumento dinamizador desta cultura de Direitos Humanos.

Os voluntários são, de facto, uma força motora da sociedade: ao longo dos tempos têm estado ao serviço do seu semelhante e, com simplicidade e generosidade, têm estado na génese de grandes contributos para a conquista dos direitos que, universalmente, vieram a ser considerados direitos fundamentais.

É este um contributo crucial para uma sociedade que se quer mais justa e mais humana, num percurso ainda por concluir. . .

Elza Chambel
Presidente do CNPV

Ficha Técnica

“Voluntariado, Hoje”

Edição:

Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado

Av. Marquês de Tomar n.º 21 - 7º andar
1050-153 Lisboa

Telf. 217 926 218

Fax 217 926 397

CNPV@seg-social.pt
www.voluntariado.pt

Grafismo: Lemondrop - Comunicação e Design

Distribuição: Gratuita

Tiragem: 9.000 exemplares

Índice

Editorial

Voluntariado e Direitos Humanos

Pág. 2

“4ªS Feiras: Solidariedade Mais”

Um Projecto de O Companheiro

Pág. 3

Projecto de Apoio à População Prisional da Cruz Vermelha Portuguesa

Pág. 4

À Conversa com... Joana Marques Vidal, Presidente da APAV

Pág. 5 e 10

Voluntariado e Justiça

Pág. 6 e 7

Renovar Sempre Mais a Acção

Pág. 8

Aconteceu...

Pág. 9

Um Contributo

Pág. 10

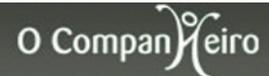
Ação de Formação aos Organismos Coordenadores Nacionais do AEV-2011

Pág. 11

Agenda, Sites e Legislação

Pág. 12

“4^aS Feiras: Solidariedade Mais” Um Projecto de O Companheiro



A Declaração Universal dos Direitos do Homem proclama que “*todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direito*”.

“*Para que não haja Homem excluído pelo Homem*” é o lema da Associação O Companheiro - Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), de utilidade pública e sem fins lucrativos, com o objectivo de promover a inclusão de reclusos, ex-reclusos e suas famílias. Desenvolve, desde 1987, um trabalho profícuo junto daqueles, durante e na pós reclusão, maioritariamente a cidadãos de Lisboa, onde fica sedeadada.

Muitas das pessoas que procuram O Companheiro encontram-se em situação de ruptura laboral, social, familiar e afectiva, parte das vezes, associada a problemas clínicos, de extrema pobreza e elevada marginalização, motivada por inúmeros anos de reclusão, sem quaisquer acções integradoras e de reabilitação.

Face a esta realidade, a equipa de Intervenção Psicossocial de O Companheiro procura assumir uma acção *reabilitadora e preventiva: reabilitadora* na problemática e *preventiva* nas causas e consequências.

Na acção reabilitadora, depois de identificada a história de vida e respectivas motivações e, analisadas as suas necessidades e perspectivas, procura-se ensinar/treinar competências pessoais, sociais e laborais, visando uma melhor e mais adequada adaptação da pessoa ao meio em liberdade, e traça-se, para cada um deles, um plano de integração e reabilitação.

Preventivamente, emerge toda a acção da equipa técnica, na procura proactiva de uma ocupação laboral, formativa ou escolar, no encaminhamento da pessoa, intra e inter-institucionalmente, associado às respostas sociais emergentes.

Mas, todo este caminho implica que O Companheiro, num processo de maior eficácia e eficiência da sua resposta social, estabeleça como prioritário, *aqui e agora*, o trabalho dos Voluntários, possibilitando ‘novas’ dinâmicas de aprendizagem a quem oferece e a quem usufrui do serviço prestado, numa melhor e mais adequada integração da e para a pessoa.

Nesta dinâmica, O Companheiro está a desenvolver um projecto denominado “**4^aS Feiras: Solidariedade Mais**”, que consiste no alargamento dos serviços técnicos especializados à comunidade envolvente, reforçando o apoio em aconselhamento jurídico e clínico, distribuindo géneros (roupa, alimentos e outros bens) e promovendo workshops temáticos.

Actualmente, participam nesta acção **uma dezena de voluntários** (advogados, médicos, psicólogos, nutricionista, jornalista, actores e outros) que, de forma livre e responsável, se comprometem, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre, a executar tarefas que se afigurem como fundamentais e prioritárias na promoção da inclusão psico-socio-afectiva de cada um dos destinatários do projecto.

Esta é a história de 23 anos de “O Companheiro” nem sempre linear, nem sempre consequente, todavia, reconhecida e prestigiada.

“**Quem ousa vence!**”

José de Almeida Brites
Director-Geral da Associação “O Companheiro”

Projecto de Apoio à População Prisional da Cruz Vermelha Portuguesa



A Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) tem como missão a prestação de assistência humanitária e social, em especial aos mais vulneráveis, prevenindo e reparando o sofrimento, contribuindo para a defesa da vida, da saúde e da dignidade humana.

A população reclusa sofre de um forte isolamento social e é confrontada diariamente com a solidão, o sentimento de abandono, os dramas familiares e sociais que, com a privação da liberdade, tornam o encarceramento num problema social de primeira ordem.

A CVP, actuando como auxiliar ou complementar dos poderes públicos, decidiu intervir de forma estratégica junto desta população vulnerável (desde o início de 2008), aproveitando a sua rede de voluntários e técnicos, em coordenação com a Direcção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP).

Actualmente, encontra-se em vigor um Protocolo assinado entre a CVP e a DGSP, a 13 de Abril de 2010, cujo objectivo é apoiar os reclusos nos Estabelecimentos Prisionais (EP), no sentido de contribuir para a manutenção ou restabelecimento dos respectivos laços familiares, facilitar a preparação da sua saída e inserção social, contribuindo ainda para uma melhor preparação dos funcionários e colaboradores dos EP, no âmbito das relações interpessoais. Este protocolo contempla acções nas seguintes áreas: primeiros socorros; actividades socioculturais, físicas e desportivas; promoção e educação para a saúde; apoio psicossocial a reclusos e reinserção social.

São ainda perspectivadas, neste protocolo, acções de empregabilidade e desenvolvimento sustentável, empreendedorismo e inserção socioprofissional, que se materializarão no “Projecto Estado Puro”, actualmente em fase final de elaboração.

Em 2010, o Projecto de Apoio à População Prisional, da CVP, desenvolve-se em 22 das suas Delegações, com **125 diferentes projectos**, em **27 Estabelecimentos Prisionais**, com o envolvimento de **175 voluntários**.

O facto de a CVP estar representada a nível nacional, pelas suas Delegações locais, é relevante neste projecto, na medida em que os reclusos, após a saída da prisão e já em liberdade, poderão contar com o seu apoio, na sua reinserção social e familiar.

Um Projecto de Voluntariado - Delegação de Lamego da CVP

Com a designação **VALORIZAÇÃO PARA A VIDA**, tem como objectivo contribuir para o desenvolvimento de estilos de vida saudáveis dos reclusos. Desenvolve-se por 110 horas de actividade no E.P., de Janeiro a Dezembro de 2010, integrando 20 reclusos.

Encontram-se empenhados neste projecto **15 voluntários da Delegação da CVP de Lamego**, todos eles licenciados, designadamente, professores, enfermeiros e técnicos da área social.

Este projecto conta, ainda, com a colaboração de alunos da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego (enquadrados pelas equipas responsáveis pelas acções), de quadros da Câmara Municipal de Lamego e da PSP (área da prevenção rodoviária), de quadros da empresa “Ecoambiente” (área da preservação do meio ambiente) e de militares do Centro de Tropas de Operações Especiais (área do desporto, com a organização de torneios) – tão do agrado dos reclusos. O envolvimento da comunidade Lamecense é o ponto forte deste projecto.

Todo o ser humano vive em comunidade e, como tal, é fundamental que desenvolva competências pessoais que promovam um espírito cívico, crítico e sensível aos valores da dignidade humana, e que melhorem o seu relacionamento com os outros e consigo próprio. Os voluntários da CVP de Lamego organizam para os reclusos, funcionários e guardas prisionais do EPRL, várias actividades, tais como: palestras, visionamento de filmes, debates e sessões informativas sobre temas que suscitem maior interesse, nas áreas já referidas.

As actividades do projecto de voluntariado da Delegação da CVP de Lamego tem contemplado, ainda, a doação de vestuário, calçado e géneros alimentares, a familiares carenciados dos reclusos.

Todas as acções promovidas pelos voluntários da referida Delegação têm tido enorme receptividade junto dos reclusos, bem como dos guardas prisionais e funcionários do Estabelecimento Prisional, cabendo destacar as actividades de educação para a saúde, socorrismo e desporto.

Paulo Baptista

Coordenador do Projecto de Apoio à População Prisional da CVP

À Conversa com... Joana Marques Vidal, Presidente da APAV



1 – A APAV veio representar a organização da sociedade civil no apoio à vítima, cuja consagração jurídica, exigia uma acção concreta. O percurso de 20 anos que avaliação permite?

A avaliação é francamente positiva. Seria impossível fazê-la com detalhe nesta entrevista, mas posso dizer que hoje os resultados estão à vista: a Associação tem uma acção de inegável importância na sociedade portuguesa e até ao nível internacional. Há vinte anos, um grupo de cidadãos decidiu fundar uma organização com a missão de apoiar e proteger as pessoas vítimas de crime, após e na sequência de uma reflexão cuidada sobre as dificuldades sentidas, tanto pelas próprias vítimas, como pelas suas famílias e/ou amigos. Em duas décadas, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima pode orgulhar-se de ter contribuído para suscitar questões e interpelar Governos, Opinião Pública e Consciências Individuais, colocando na “ordem do dia” a problemática da vítima de crime, propondo alterações em diversos campos, desenvolvendo a cooperação entre pessoas e instituições e, mais que tudo, organizando uma rede de apoio à vítima de âmbito nacional, qualificada, confidencial e gratuita. Se não houvesse mais nada para dizer sobre o dinamismo da APAV nos últimos vinte anos, poderíamos fazer uma avaliação positiva só pelo facto de ter apoiado cerca de **187.000 pessoas**, emocional, jurídica, psicológica e socialmente. E em cada processo de apoio ocorreu uma multiplicidade de acontecimentos positivos, com reflexos directos na vida de muitas pessoas, que valem, por si, para nos animar a continuar a aposta na APAV.

2 – Em todo o esforço feito pela APAV, na organização e no apoio, que dimensão tem tido o contributo do voluntariado?

O reconhecimento da importância do voluntariado, como um valor essencial para o prosseguimento dos objectivos da APAV, esteve sempre presente desde a sua fundação, tendo sido desde logo consagrado nos seus próprios estatutos. Para a APAV, o voluntário nunca foi um mero colaborador pontual ou uma espécie de elemento secundário. Pelo contrário, constitui uma “trave mestra”, das mais fortes e das mais importantes, para o desenvolvimento da missão da APAV. Faz, por isso, parte da arquitectura da organização e a sua presença é imprescindível. Os voluntários na APAV entregam-se, com tempo e dedicação, às mais variadas actividades. Não apenas ao atendimento presencial, telefónico e por escrito às vítimas e aos seus familiares e/ou amigos, mas também noutras dimensões da vida quotidiana da Associação. Todo este trabalho tem um imenso valor e não pode deixar de ser reconhecido.

3 – Uma organização deste tipo exige competências próprias, formação adequada e fidelização dos seus voluntários. Como é que a APAV tem gerido este processo?

A APAV tem planificado a gestão do voluntariado, designadamente ao nível da formação inicial e da formação contínua, bem como através de um acompanhamento cuidadoso das suas tarefas no dia-a-dia por profissionais remunerados da APAV. Estes profissionais vão enquadrando o papel dos voluntários e respondendo às suas necessidades de aprendizagem. A APAV tem sido, pois, uma escola prática para muitos jovens recém-licenciados (e tem investido muito neles), contribuindo para uma melhor preparação humana, mas também técnica, que os torna não só mais preparados para os desafios da cidadania e da solidariedade de uma comunidade fragilizada, mas também para enfrentarem o acesso a um mercado de trabalho, actualmente difícil. Não é por acaso que as próprias universidades e outros estabelecimentos de ensino superior têm vindo a reconhecer o potencial preparatório da Associação, ao solicitarem e estabelecerem acordos de cooperação ao nível de estágios nos gabinetes de apoio à vítima. Por outro lado, estes voluntários, quer sejam jovens ou de mais idade, trazem um contributo deveras importante, ao dinamizarem a vida quotidiana da estrutura associativa, dando o melhor de si, fazendo-o de forma profissional, com muita qualidade. As competências que um voluntário traz consigo desenvolvem-se e são potenciadas na APAV, mas a APAV também se desenvolve com a presença dos voluntários. Quanto à fidelização, temos alguma rotatividade de voluntários, mas não deixa de haver uma permanência ou frequência relativamente longa.

(continua na pág. 10)

Voluntariado e Justiça

Situações da nossa vida social e colectiva, relacionadas com a Justiça, que justificam ou exigem a acção de organizações promotoras de voluntariado e de voluntários são, de uma forma já evidente e indiscutível, as relativas às pessoas sujeitas a penas de execução na comunidade e a penas ou medidas penais de privação de liberdade; aos menores e jovens internados ou em acompanhamento por determinação judicial tutelar educativa; às vítimas de crime, tenham, ou não, dado origem a processo penal ou à aplicação de medidas penais; aos maiores em situação de incapacidade, quantas vezes desprovidos de apoio esclarecido ou de tutela, consoante o grau de autonomia que têm para gerir a sua pessoa e bens, e, por fim, às respectivas famílias, enquanto directamente envolvidas ou condicionadas por cada uma das situações.

Falamos, assim, em áreas do que podemos chamar *intervenção e apoio social no âmbito do Sistema de Justiça* por força de efeitos concretos de aplicação da Justiça aos cidadãos. Áreas de intervenção que apelam à acção do voluntariado, seja pela insuficiência da resposta exigível ao Estado - por atávica incapacidade própria ou de articulação com a comunidade, ou, ainda, pela crónica falta de meios - seja porque a mesma resposta não deve caber ao Estado, mas sim à aplicação prática do valor da construção solidária do todo social e à dinâmica dele decorrente protagonizada pelos cidadãos - valor esse que é essencial à existência de uma sociedade civil motor e garante da existência de um Estado de Direito democrático material (e não meramente formal) de cariz social.

Falamos de um campo de **intervenção de voluntariado** menos conhecido do que outros, quiçá por serem os seus destinatários dos mais marginalizados e, social ou psicologicamente, mais condicionados.

Mas falamos de um campo que é, por isso mesmo, riquíssimo de oportunidades para se evidenciar a essencialidade e indispensabilidade da acção voluntária, através do apoio à construção, ou reconstrução, pelo próprio destinatário da acção, seja de um caminho de vida socialmente integrado, pautado pelo cumprimento da norma, vivido em liberdade com responsabilidade, seja de equilíbrios essenciais quebrados por acções vitimizantes ou, ainda, através do suprimento da autonomia perdida por alguns para gerir a sua pessoa e bens.

A história da acção de pessoas de boa-vontade, a título individual ou enquadradas por organizações, nos campos de intervenção social no domínio da justiça, com especial relevância para a justiça na área penal, remonta ao séc. XV, à criação das Misericórdias e, durante séculos, a elas se ateve fundamentalmente, sempre com grande influência da componente religiosa que as enformava, mas sem esquecer a importância das repercussões seculares dessa acção, seja no funcionamento e execução da justiça, seja na **defesa da óptica do humanitarismo** e da **defesa da dignidade humana**.

As reformas penais do séc. XIX, à sombra dos ventos iluministas e de uma clara e progressiva afirmação do secular, não trouxeram já no séc. XX outras respostas vindas da sociedade civil que não as inspiradas, mormente, pela religião católica, falhadas que foram as tentativas de institucionalização pelo

Estado de respostas organizacionais administrativamente consagradas e cuja esporádica e relativamente fugaz actuação não deixou marcas nem consequências, apesar do apelo à sensibilidade dos cidadãos para a causa da solidariedade ligada ao apoio à recuperação dos condenados e dos menores e jovens sob a tutela da justiça.

Falhada também a tentativa da constituição de respostas voluntárias que complementassem e desenvolvessem a rede nacional de equipas de técnicos de reinserção, que foi objectivo, só limitadamente alcançado, da concepção inicial do então Instituto de Reinserção Social, restou a actuação de algumas organizações baseadas na acção de voluntários com ligações claras à Igreja Católica ou de inspiração da mesma Igreja, por exemplo “*União*” e “*O Companheiro*”, restrita à actuação nos estabelecimentos prisionais e aos que deles saíam em liberdade condicional.

Para além disso, a acção voluntária, nos últimos anos, existiu quase exclusivamente na órbita do mundo prisional e nele da actuação dos antigos capelães prisionais, agora “assistentes religiosos”, e de umas poucas organizações ligadas a outras Igrejas. Como excepções ao que se acaba de dizer, pela sua natureza e âmbito nacional, são de destacar os exemplos da APAV, no apoio a pessoas vítimas de crime e da Cruz Vermelha, no apoio que desenvolve a pessoas reclusas.

No que à acção do voluntariado no domínio da justiça diz respeito, no contexto da legislação e conceitos em vigor, estamos, pois, hoje, num momento essencial de mudança e evolução, em que se revela fundamental a definição adequada, designadamente, do que são organizações promotoras de voluntariado, de como se avalia e reconhece a capacidade das mesmas para a selecção, enquadramento e formação de voluntários, da garantia dos direitos destes, e da articulação com as instituições do Estado que enquadram os destinatários da acção do voluntariado.

O CNPV, ao criar a **Comissão para o Voluntariado no Domínio da Justiça**, reconheceu a dificuldade e a especificidade da actuação nesta área, mas também apostou na existência de uma plataforma em que as organizações de âmbito nacional, que enquadram voluntários ou englobam instituições de voluntariado, possam em conjunto encontrar respostas para as dificuldades que defrontam.

Resta tão só apelar para que se aposte no trabalho desta Comissão e de todas as organizações nela envolvidas, como alavanca que pode ser para uma mais generalizada e actuante resposta num campo de múltiplos contextos específicos, onde muito já se vem fazendo pelo esforço abnegado e solidário de centenas de voluntários, mas onde **multíssimo mais deve e pode ser feito**.

Que 2011, Ano Europeu do Voluntariado, através das suas iniciativas em Portugal, possa realmente contribuir para que a informação e formação dos voluntários se desenvolva e se clarifique e se dinamize a acção das organizações promotoras de voluntariado, bem como possa contribuir, decisivamente, para a sensibilização de pessoas, famílias e organizações públicas e privadas para as potencialidades e necessidades do voluntariado.

Luís Miranda Pereira
Coordenador da Comissão do Voluntariado em Justiça do CNPV

Renovar Sempre Mais a Acção

1. **Na proximidade do AEV** (Ano Europeu do Voluntariado) que será em 2011, a Comissão do Voluntariado em Saúde decidiu reflectir sobre o caminho percorrido, em quase oito anos e, logo depois, apontar linhas de inovação para melhor servir os muitos voluntariados espalhados pelo país. Abrir portas, com novos contributos, para melhor servir, é um desafio da maior importância. Então, a 16 de Setembro, reuniu a Comissão, estrutura do Conselho Nacional, para um dia de trabalho, de estudo, de análise, de reflexão, para novas propostas.

2. **Do que tem sido feito**, reconhecendo ter-se ficado muito aquém do planeado, foi interessante sublinhar:

- **A harmonia existente entre as diversas entidades** que têm assento nesta comissão de saúde. Foi possível uma partilha de experiências, com a informação permanente sobre o que se faz e se pode fazer mais. O diálogo entre os vários membros que integram a Comissão é de grande qualidade e permite estudar os problemas que, depois, são presentes ao Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado.
- **A preocupação pela selecção dos voluntários**. De facto, o trabalho voluntário depende muito de saber escolher as pessoas certas para os lugares certos. A relação da Comissão com os Bancos de Voluntariado é uma mais valia para este trabalho de serviço no mundo da saúde.
- **A formação dos voluntários**. Esta tem sido a maior preocupação, na actividade desenvolvida. Com 20 peritos, nas diversas áreas, foi possível construir, pelos meios informáticos, um curso de 12 sessões que facilmente se oferecem aos diversos voluntariados em saúde. Está a ser um êxito.

3. **Para a renovação dos planos da Comissão do Voluntariado em Saúde**, na reflexão produzida nesta reunião de 16 de Setembro, os seus membros aceitaram três grandes propostas que estão a aprofundar, para a sua plena realização:

- **Rever objectivos**, voltando-se para a acção concreta, ultrapassando a tendência de se fechar em dados estatísticos e em regras de conduta. A própria estrutura da Comissão é apenas um meio para melhor eficácia na acção voluntária.
- **Conseguir algumas metas essenciais**:
 - A cooperação com todas as instituições de Voluntariado em Saúde.
 - A criação, quando possível, de voluntariados em todos os lugares onde haja hospitais e unidades de saúde.
 - A articulação com as famílias de doentes nos seus lugares de origem.
 - O enquadramento de todas as estruturas do voluntariado.
- **Procurar ainda a atenção às circunstâncias especiais**:
 - A formação em campos específicos da saúde
 - A investigação científica, a partir de novas experiências

4. **O debate livre**, nesta reunião da Comissão foi do maior interesse, sem constrangimento e com a procura da verdade e do bem maior. Convidaram-se os autores dos módulos de formação, o que abriu horizontes para convites a dirigir a novos membros desta estrutura do Conselho Nacional da Promoção do Voluntariado. Os seus membros devem ser peritos, pessoas com experiência no cuidado com os doentes, e não tanto representantes das estruturas. Esta comissão é um instrumento de reflexão e não um órgão de decisão. A Comissão trabalha para o Conselho Nacional.

Mons. Vítor Feytor Pinto
Coordenador da Comissão do Voluntariado em Saúde do CNPV



20 de Agosto – Campanha de angariação de fundos junto dos visitantes da feira de artesanato e de gastronomia de Celorico de Basto, organizada pelo Banco Local de Voluntariado daquela cidade, que permitiu arrecadar a quantia necessária para a aquisição de uma cadeira de rodas adaptada, para uma residente carenciada.

24 de Agosto – Encontro Temático “Ninguém pode ficar indiferente” na Fundação Eugénio de Almeida, em Évora, no âmbito do Programa Nacional do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social. A Presidente do CNPV, Elza Chambel, interveio com uma comunicação dedicada ao Voluntariado.

14 de Setembro – O CNPV participou, através de Maria Elisa Borges, na 1ª reunião da Comissão Nacional de Acompanhamento do Ano Internacional da Juventude em 2010/2011 presidida pelo Instituto Português da Juventude, a quem compete coordenar e dinamizar as respectivas comemorações.

15 e 16 de Setembro – Decorreu o Workshop “Ser Voluntário” organizado pela Fundação Eugénio de Almeida, em Évora, com a finalidade de debater os conceitos do voluntariado, a sua evolução, prática e organização.

17 de Setembro – Fórum Nacional de Economia Social e Solidária na sede do Montepio Geral, em Lisboa, promovido pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, que reuniu 6 organizações cooperadoras da CASES.

20 de Setembro – Acção de formação a voluntários inscritos no Banco Local de Voluntariado de Torres Vedras

23 de Setembro – Realizou-se em Ansião uma acção de sensibilização para o Voluntariado realizada pela Câmara Municipal de Ansião, entidade enquadradora do respectivo BLV.

24 de Setembro – O Centro Comunitário de Esmoriz, entidade executora do PROGRIDE, organizou um Seminário subordinado ao tema “Construir Novos Trilhos de Inclusão”, que decorreu em Ovar, com o objectivo de divulgar as boas práticas resultantes de 5 anos de intervenção comunitária.

25 de Setembro – O Secretariado Diocesano do Ensino Religioso lançou o Projecto “Ser Voluntário, Ser Solidário”, cuja acção de sensibilização, aos docentes de Educação Moral e Religiosa Católica, sobre a necessidade de promover na escola iniciativas de voluntariado, foi assegurada por Elza Chambel, na Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa.

25 de Setembro – Pelo segundo ano consecutivo a Federação Nacional de Voluntariado em Saúde promoveu a realização de mais um Encontro Nacional de Voluntariado em Saúde, que teve lugar em Ovar, no Centro de Artes.

30 de Setembro – Debate sobre “Voluntariado, Cidadania e Justiça Social” no âmbito da Responsabilidade Social das Empresas, no Atrium Saldanha, em Lisboa, iniciativa inserida na Semana Lancia`10, que contou com uma intervenção de Elza Chambel.

Reuniões do CNPV no 3º trimestre

20 de Julho – OT: Plano de Acção para o Ano Europeu do Voluntariado 2011 – reunião para planeamento do Tour/Volta, concurso para jornalistas/repórteres voluntários e acção de formação para os coordenadores nacionais do AEV, de 20 a 21 de Setembro, em Bruxelas.

7 de Setembro – OT: Ano Europeu do Voluntariado – Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2010, constituição da Comissão Nacional de Acompanhamento e 1ª reunião, actividades/financiamento/recursos a afectar, reunião com a P.A.U. Education de Barcelona, início das actividades do Ano Europeu, Congresso da Confederação Portuguesa do Voluntariado e Dia Internacional dos Voluntários.

Um Contributo

Aproxima-se 2011- Ano Europeu do Voluntariado; só no espaço europeu são mais de cem milhões os homens e as mulheres que fazem a diferença na vida de outras pessoas, sendo solidários: são cidadãos que sabem que o voluntariado faz parte de uma cidadania activa e integra o processo democrático de maior inclusão social.

Ainda existem contudo, muitas pessoas que até querem ajudar mas não sabem como. Outro dos obstáculos levantados é a falta de tempo (ou até a falta de dinheiro!). Mas com vontade, estímulo e dois ou três telefonemas a situação resolve-se!



1ª reunião da CNA

Há alguns meses, numa escola em Lisboa, participei num debate sobre pobreza e exclusão; falámos imediatamente de voluntariado. Porque há pontes que são naturais.

E percebi que muitos tinham vontade de ajudar, mas não sabiam como ajudar ou onde seria a sua ajuda mais necessária e útil - quando afinal há tanto por fazer.

Lancei-lhes um desafio: porque não tecer uma rede de voluntários ali mesmo, na escola? Para atender aos problemas da comunidade local? É óptimo poder partir em viagem e ajudar alguém do outro lado do mundo; eu gosto de começar pelo outro lado da rua.

Ficou a ideia – mas com o peso da responsabilidade que qualquer voluntário tem que ter: saber que os compromissos são para cumprir.

E é este desafio que o AEV nos coloca - a todos. Sobretudo a todos os que integram a Comissão Nacional de Acompanhamento: assumir um compromisso para com os objectivos do ano, levando-os a todos os parceiros e actores sociais, dinamizando e enaltecendo assim o papel dos voluntários na sociedade portuguesa.

A diferença faz-se assim. Com todos nós, voluntários.

CNA,
Fernanda Freitas, jornalista

(continuação do texto da pág. 5)

Há casos de voluntariado exercido há mais de cinco anos. É, de facto, extraordinário e de um imenso valor, o facto de alguém dar horas e horas da sua semana, com muito trabalho numa área que não está isenta de riscos e de frustrações emocionais. Os voluntários merecem todo o reconhecimento da sociedade portuguesa. E a APAV pode contar, neste momento, com a colaboração de **230 voluntários**.

Num futuro frequentemente incerto, continuamos a acreditar e a confiar nesta missão e é por ela que, com eles, os voluntários e voluntárias da APAV, vamos trabalhar.

Joana Marques Vidal

Acção de Formação aos Organismos Coordenadores Nacionais do AEV-2011

Organizado pela Comissão Europeia, decorreu em Bruxelas, nos dias 20 e 21 de Setembro, um workshop destinado aos Organismos Coordenadores Nacionais dos 27 Estados Membros (E.M.) que foi dinamizado pela Agência de Comunicação P.A.U. Education de Barcelona.

Esta jornada de trabalho teve como objectivo principal facultar a todos os Estados Membros informação sobre o AEV-2011, estratégias de comunicação, relacionamento com cada E.M., conferências e outros eventos, tendo havido a preocupação de pôr os E.M. a interagir, a trocar experiências, a iniciar um caminho comum. Foram abordados os seguintes pontos:

- A “Volta” do AEV-2011

Estratégia, apoio e acompanhamento pela Agência de Comunicação P.A.U. Education de Barcelona, critérios para a escolha dos locais, parceiros nacionais e locais, dificuldades sentidas, pontos comuns, ideias e sugestões de cada E.M.

- Os “Relatos” de Voluntariado

O papel dos 27 voluntários europeus com experiência de jornalismo na cobertura de cada etapa da “Volta” do AEV-2011, os suportes de comunicação, o logo e slogan.

- A estratégia de lançamento das iniciativas emblemáticas de cada E.M. e respectivas condições de enquadramento e os Planos de Actividade de cada E.M., propostos para financiamento da C.E.

Quer a C.E. quer os E.M. mostraram muito interesse na estratégia utilizada por Portugal com a criação da Comissão Nacional de Acompanhamento do AEV-2011, pela R.C.M. de 25 de Agosto, com a finalidade de promover uma participação bastante alargada da sociedade portuguesa.

Pretende-se que o AEV-2011 seja simultaneamente uma **celebração** e um **desafio**:

- a **celebração** do empenho de milhões de Europeus que, regularmente, doam o seu tempo e competências como voluntários, em prol da construção de um mundo melhor;

- o **desafio** àqueles Europeus que ainda não são voluntários.

“Sê voluntário! Faz a diferença”: é o slogan. Os primeiros já fazem a diferença; os outros são convidados a fazê-la!

Agenda

11 de Outubro a 11 de Novembro

26º Curso de Formação Geral para o Voluntariado

Local: Lisboa

Organização: Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária

Informações: Tel: 21 395 78 31

cfv@isu.pt

www.isu.pt

15, 21, 22 e 23 de Outubro

Ação de formação para voluntários e coordenadores de voluntariado

Local: Rio Maior, Gondomar e Mondim de Basto

Organização: Bancos Locais de Voluntariado respectivos

21 a 24 de Outubro

19ª Conferência Europeia da Volonteurope

Local: Atenas - Grécia

Organização: Volonteurope

Informações: www.volonteurope.de

22 e 23 de Outubro

III Encontro Nacional de Voluntários

Organização: Liga de Amigos do Hospital Garcia de Orta

Informações: encontro@lahgo.org

www.lahgo.org

30 de Novembro, 1 e 2 de Dezembro

XIII Congresso Estatal de Voluntariado

Local: Logroño - Espanha

Informações: www.raimosdehumanidad.com

2 de Dezembro

Conferência " O Voluntariado na primeira pessoa"

Local: Évora

Organização: Fundação Eugénio de Almeida

Informações: geral@fea.pt

www.fundacaoeugeniodealmeida.pt

4 e 5 de Dezembro

I Congresso Português do Voluntariado –
"Voluntariado, Força de Mudança"

Local: Lisboa

Organização: Confederação Portuguesa do Voluntariado

Informações: www.convoluntariado.pt

O Voluntariado na Internet

Site: www.fiar-linho.blogspot.com

FIAR

A FIAR (Fraternidade das Instituições de Apoio a Reclusos) é uma IPSS, com reconhecida utilidade pública, fundada e constituída por Voluntários, cuja vocação consiste em transmitir o testemunho cristão a reclusos, ex-reclusos e respectivas famílias, nomeadamente assistência espiritual, moral, social, cultural e de inserção na comunidade, com o objectivo de contribuir para a sua dignificação pessoal.

A FIAR assume o papel de interlocutor, a nível nacional, junto de entidades oficiais competentes e outras instituições da Sociedade Civil, com vista a contribuir para o encontro de soluções concretas.

Legislação

Voluntariado, Associativismo e Outros

Despacho n.º 11477/2010, D.R. 135 SÉRIE II n.º de 2010-07-14

Mantém para o ano lectivo de 2009-2010, o apoio financeiro aos estabelecimentos de educação pré-escolar das instituições particulares de solidariedade social.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2010, D.R. n.º 165, SÉRIE I de 2010-08-25

Institui em Portugal o Ano Europeu das Actividades de Voluntariado Que Promovam Uma Cidadania Activa – 2011.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2010, D.R. n.º 168 I SÉRIE de 2010 -08-30

Institui em Portugal o Ano Internacional da Juventude das Nações Unidas a decorrer entre Agosto de 2010 e Agosto de 2011 e cria a Comissão Nacional de Acompanhamento (CNA) do Ano Internacional da Juventude (AIJ).

Despacho n.º 13880/2010, D.R. n.º 170, Série II de 2010-09-01.

Nomeação da licenciada Elza Maria Pires Chambel para exercer as funções de presidente do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2010 D.R. n.º 182 SÉRIE I de 2010-09-17

Aprova o II Plano para a Integração dos Imigrantes (2010-2013).

